



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO N° 106/2023  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2023**

**1 - OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS**

1.1 – Atender às necessidades do Município para com a aquisição de biombos, cadeiras de rodas e muletas através de empresa que tem o objeto social aqui pertinente, sendo a entrega realizada dentro da sede municipal e de forma imediata, dando, assim, um melhor atendimento aos munícipes.

**2 - JUSTIFICATIVA DA LICITAÇÃO**

2.1 – A necessidade desta aquisição se faz urgente, a fim de melhorar os serviços prestados nas Unidades de Saúde do Município no que diz respeito às questões de acessibilidade, qualificando o atendimento individual e a promoção do acesso aos deficientes físicos, sendo a respectiva aquisição custeada com recursos estaduais, conforme Resolução de Cuidados a Pessoas com Deficiência – RES 7924/2021.

**3 - OBJETO**

3.1 - O objeto deste procedimento é a **AQUISIÇÃO DE BIOMBOS, MULETAS E CADEIRAS DE RODAS**, conforme discriminado na tabela que se segue.

**4 - PROPOSTA**

4.1 - Serão desclassificadas as propostas que descumprirem o estabelecido neste Termo de Referência.

**5 - JULGAMENTO**

5.1 – O julgamento deste procedimento levará em consideração as cotações de preço, realizadas nos termos do art. 23, da Lei Federal 14.133/2021, e eventuais propostas apresentadas ao longo dos 03 (três) dias úteis em que o AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ficará em aberto, sendo vencedor do processo a empresa que apresentar o menor preço e, também, cumprir todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.

**6 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

6.1 – Os equipamentos/materiais permanentes a serem fornecidos e as quantidades são os seguintes:

Item	Descrição dos Materiais	Unidade	Quantidade
01	BIOMBO TRIPLO EM ATERIA LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL	UN	05
02	CADEIRA DE RODAS INFANTIL - Característica: Encosto e assento em nylon almofadado, resistente, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, pneus traseiros infláveis e dianteiros maciços. Apoio para os pés regulável ou fixo. Capacidade até 70Kg. Suporte para soro. Estrutura da cadeira pintada em epóxi na cor preta	UN	02
03	CADEIRA DE RODAS PARA ADULTO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-	UN	06



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



	release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 100 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta		
04	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 150 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta.	UN	02
05	MULETA CANADENSE ADULTO: Em alumínio anodizado, com: regulagem de altura 3 níveis, ponteira de borracha antiderrapante, Braçadeira em polipropileno articulado, Apoio do braço injetado polipropileno; Capacidade mínima de 100kg	PAR	03

6.2 – Os equipamentos/materiais permanentes a serem fornecidos deverão obedecer às descrições constantes na segunda coluna da tabela acima.

6.3 – Os produtos deverão estar em conformidade com a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, a qual dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

## **7 – DA FORMA DE ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO**

7.1 - Os itens acima especificados serão entregues pela Contratada na Secretaria Municipal de Saúde ou no local designado por esta, sem ônus para o Município, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da Autorização de Fornecimento (AF).

7.2 – A entrega dos produtos deverá ser realizada das 8 h00min.às 16h00min., conforme endereço constante na Autorização de Fornecimento/AF.

7.3 – O Setor competente não aceitará produtos recondicionados, remanufaturados, recarregados ou reciclados e não receberá produtos com defeitos ou imperfeições e em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência ou, ainda, em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as substituições necessárias.

7.4 – Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize preferencialmente material reciclado ou reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, em atendimento aos critérios sustentáveis.

7.5 – O recebimento provisório, realizado pelo setor competente, dar-se-á no ato da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

7.6 – O recebimento definitivo, realizado pelo setor competente, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências deste procedimento.

## **8 - DO PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO**

8.1 – Conforme previsto no Art. 95, I, da Lei Federal 14.133/2021, é dispensável o Termo de Contrato, por se tratar da realização de um serviço em que o valor se enquadra dentro do limite para dispensa de licitação em razão do valor.

## **9 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



9.1 – O pagamento será efetuado pelo Município de Santo Antonio do Aventureiro através depósito em conta corrente de titularidade da empresa fornecedora, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

9.2 - A nota fiscal/fatura será emitida pela empresa fornecedora em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.

9.3 - Caso a empresa fornecedora não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao Município de Santo Antonio do Aventureiro no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

9.4 - O Município de Santo Antonio do Aventureiro, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos fornecimentos, deverá devolvê-la à empresa fornecedora para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação/substituição do documento, desde que devidamente sanado o vício.

9.5 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da empresa fornecedora, seja relativa à execução do objeto, seja quanto à documentação exigida para a liberação dos pagamentos, sem que isto gere direito a alteração dos preços, correção monetária, compensação financeira ou interrupção do fornecimento.

9.6 - Todo pagamento que vier a ser considerado indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da empresa fornecedora.

9.7 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a empresa fornecedora dará ao Município de Santo Antonio do Aventureiro plena, geral e irretratável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

9.8 – As eventuais atualizações de valores que se fizerem necessárias, adstringir-se-ão à variação inflacionária, através do IPCA/IBGE, no período compreendido entre a data do adimplemento e a do efetivo pagamento.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA FORNECEDORA**

10.1 - São obrigações do Município de Santo Antonio do Aventureiro:

- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas neste Termo de Referência sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da empresa fornecedora;
- requisitar, por meio do setor pertinente, o fornecimento dos produtos, conforme as necessidades da unidade requisitante, responsável pela fiscalização do fornecimento;
- proporcionar condições ao fornecedor para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas;
- comunicar ao fornecedor qualquer irregularidade na entrega do produto e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso;
- impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência;
- fornecer todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto; e,
- pagar o valor ajustado pelo fornecimento efetivamente prestado no prazo e nas condições aqui estabelecidas.

10.2 - São obrigações da Empresa Fornecedora:

- cumprir fielmente o objeto, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- manter a execução do objeto com pessoal adequado, respondendo, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados direta ou indiretamente por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto, devendo tais danos ser reparados, imediatamente, não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
**CNPJ: 17.710.476/0001-19**



excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

- arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que o Município for compelido a responder por força desta aquisição, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;
- comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto;
- providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município referente às condições previstas neste Termo de Referência;
- ser responsabilizada pela recusa do produto que não atenda às especificações constantes neste Termo de Referência e/ou que não estejam adequadas para o uso.
- todas as despesas relativas ao fornecimento dos produtos, tais como deslocamentos e/ou transportes e/ou fretes;
- responsabilizar-se pelo exato cumprimento de todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista e da previdência social, ficando clara a inexistência entre seus empregados e o Município de vínculo empregatício de qualquer natureza;
- não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar quaisquer dos serviços ou fornecimentos a que está obrigada;
- manter todas as condições de habilitação e qualificação, compatíveis com as obrigações assumidas;
- sempre que solicitados pela Prefeitura, a empresa fornecedora apresentará os documentos de regularidade fiscal e trabalhista solicitados.
- cumprir fielmente o objeto pactuado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando-o sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.
- assegurar, durante a entrega dos produtos, pessoal com aspecto limpo e asseado, quer no aspecto do vestuário, quer no de higiene pessoal; e,
- promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega dos produtos.

## **11 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

11.1 - Os produtos/serviços quando cabível necessitam estar de acordo com as normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (NBR) e demais Normas Internacionais certificadas pela ABNT ainda, atender a legislação pertinente, as de preservação do meio ambiente: Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS/ANVISA e Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990.

11.2 - Observar os princípios de sustentabilidade em consonância com art. 3º do Estatuto das Licitações, e observar as normas do INMENTRO quando cabível.

11.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.4 - Observar as práticas sustentáveis, no que couber, em especial a economia no consumo de água e energia, racionalização do uso de matérias-primas, adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, utilização de produtos atóxicos ou, quando não disponíveis no mercado, de menor toxicidade, utilização de produtos com origem ambiental sustentável comprovada e utilização de produtos reciclados, recicláveis, reutilizáveis, reaproveitáveis ou biodegradáveis compostáveis.

## **12 – DA HABILITAÇÃO**

12.1 – Dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a empresa que propor o menor preço deverá apresentar toda a documentação prevista no Anexo IV (Documentos de Habilitação).

## **13 – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

13.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
**CNPJ: 17.710.476/0001-19**



4.4.90.52.00.02.07.01.10.301.0013.1.0016 (1.621.000), consignada no orçamento do Município para o Exercício de 2023.

**14 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVOS**

14.1 - A empresa vencedora, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do objeto, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Santo Antonio do Aventureiro pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aqui previstas e demais cominações legais.

14.2 - Pela inexecução total ou parcial ou atraso injustificado no objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração e garantida a prévia e ampla defesa, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:

a) advertência;

b) multa:

- pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor total do item por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) deste valor;

- pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

- pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor total do produto por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) deste valor;

c) suspensão temporária em participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antonio do Aventureiro, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre a que a empresa vencedora ressarcir o Município de Santo Antonio do Aventureiro, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item anterior.

14.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Município de Santo Antonio do Aventureiro. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela empresa fornecedora no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

14.4. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo Município de Santo Antonio do Aventureiro à empresa fornecedora, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Termo de Referência como de responsabilidade da empresa fornecedora e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo Município de Santo Antonio do Aventureiro.

14.5. Para assegurar o cumprimento de obrigações aqui definidas como de responsabilidade da empresa fornecedora, o Município de Santo Antonio do Aventureiro poderá reter parcelas de pagamentos ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à respectiva empresa, bem como interpor medida judicial cabível.

14.6. As multas e penalidades aqui previstas não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a empresa fornecedora da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao Município de Santo Antonio do Aventureiro por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
**CNPJ: 17.710.476/0001-19**



14.7 - Além das penalidades previstas anteriormente a empresa fornecedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo I, do Título IV, da Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações.

14.8 – Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura, ou de declaração de idoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

**15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

15.1 - As empresas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará nas sanções administrativas, civis e penais cabíveis

15.2 - No preço contratado estão computados todas as complementações e acessórios eventualmente omitidos no termo de referência, mas implícitos e necessários à perfeita execução do serviço.

Santo Antonio do Aventureiro – MG, 03 de outubro de 2023.

**ANA LÚCIA CAÇADOR CAVALHEIRO**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

**AMAURY DE SÁ FERREIRA**  
**Prefeito Municipal**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCESSO N° 106/2023  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2023**

Razão Social: \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
Logradouro: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_, UF: \_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

A empresa acima se propõe **a prestar o fornecimento objeto desta dispensa, conforme discriminado no Termo de Referência - Anexo I**, pelo preço e condições assinalados na presente proposta, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Item	Descrição dos Materiais	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	BIOMBO TRIPLO EM ATERIA LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL	UN	05		
02	CADEIRA DE RODAS INFANTIL - Característica: Encosto e assento em nylon almofadado, resistente, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, pneus traseiros infláveis e dianteiros maciços. Apoio para os pés regulável ou fixo. Capacidade até 70Kg. Suporte para soro. Estrutura da cadeira pintada em epóxi na cor preta	UN	02		
03	CADEIRA DE RODAS PARA ADULTO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 100 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta	UN	06		
04	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 150 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta.	UN	02		
05	MULETA CANADENSE ADULTO: Em alumínio anodizado, com: regulagem de altura 3 níveis, ponteira de borracha antiderrapante, Braçadeira em polipropileno	PAR	03		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



	articulado, Apoio do braço injetado polipropileno; Capacidade mínima de 100kg				
<b>Total</b>					

**1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

1.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), contados da data de sua apresentação.

**2 – DA FORMA DE PAGAMENTO**

2.1 – O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal.

LOCAL/DATA

---

**(Carimbo do CNPJ e Assinatura do Representante Legal)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



**ANEXO III  
ESTIMATIVA DE DESPESA**

**PROCESSO N° 106/2023  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2023**

**1 - OBJETO**

AQUISIÇÃO DE BIOMBOS, MULETAS E CADEIRAS DE RODAS, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.

**2 - PESQUISA DE MERCADO E PLANILHA DE VALORES**

2.1 - Conforme exigência legal foi realizada pesquisa de mercado nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 para apuração do preço estimado tabela abaixo:

Item	Descrição dos Materiais	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	BIOMBO TRIPLO EM ATERIA LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL	UN	05	350,00	1.750,00
02	CADEIRA DE RODAS INFANTIL - Característica: Encosto e assento em nylon almofadado, resistente, freios bilaterais, aro impulsor bilateral, pneus traseiros infláveis e dianteiros maciços. Apoio para os pés regulável ou fixo. Capacidade até 70Kg. Suporte para soro. Estrutura da cadeira pintada em epóxi na cor preta	UN	02	1.350,00	2.700,00
03	CADEIRA DE RODAS PARA ADULTO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 100 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta	UN	06	960,00	5.760,00
04	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO - Característica - Com estrutura em aço carbono dobrável em duplo X, encosto e assento almofadado de no mínimo 5 cm, apoio de braço, apoio dos pés com regulagem de altura, faixa de panturrilha, freios bilaterais, rolamento blindado nas 4 rodas, rodas traseiros mínimo 24 polegadas (antifuro) e aro em termoplástico rígido e sistema quick-release, pneus dianteiro mínimo 6 polegadas (antifuro), protetor de roupa, trava de segurança parte traseira; capacidade de carga até 150 Kg. Toda cadeira pintada em epóxi na cor preta.	UN	02	2.094,00	4.188,00
05	MULETA CANADENSE ADULTO: Em alumínio anodizado, com: regulagem de altura 3 níveis, ponteira de borracha antiderrapante, Braçadeira em polipropileno articulado, Apoio do braço injetado polipropileno; Capacidade mínima de 100kg	PAR	03	128,00	384,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 14.782,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
CNPJ: 17.710.476/0001-19



**3 - AVALIAÇÃO DE CUSTO E JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE  
LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, II, DA LEI FEDERAL 14.133/2021**

3.1 - O valor total para contratação do objeto é de R\$ 14.782,00 (quatorze mil setecentos e oitenta e dois reais).

3.2 - Afim de evitar o fracionamento ilegal, foi constatado junto a unidade gestora que não houve no presente exercício financeiro (até a presente data), contratações desta natureza que somadas ultrapassam o limite da dispensa pelo valor, inexistindo ainda previsão de futuras aquisições que ultrapassem o respectivo valor para este exercício.

Prefeitura Santo Antonio do Aventureiro/MG, 03 de outubro de 2023.

---

**THAYNARA CRISTINA PITASSI NETTO CAÇADOR**  
Departamento de Compras



## **ANEXO IV DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

### **PROCESSO N° 106/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 049/2023**

#### **1. Habilitação jurídica:**

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; e,
- 1.8. Alvará/Licença Sanitária.

#### **2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- 2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- 2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- 2.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários;
- 2.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e,
- 2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII - Da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO**  
**CNPJ: 17.710.476/0001-19**



Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**3. Regularidade Econômico/Financeira:**

3.1 – Certidão Negativa de Falência e Concordata.

**4. Declaração:**

4.1 – Declaração de que Não Emprega Menor, nos termos da legislação vigente.

Prefeitura de Santo Antonio do Aventureiro – MG, 03 de outubro de 2023.

**FERNANDA FERREIRA GARCIA.**  
**Presidente da Comissão Permanente de Licitação**